

O passado galego do português

Fernando Venâncio

Em 1886, um advogado português, Inácio Silveira da Motta, fez uma viagem pela Galiza. Num livro saído três anos depois, *Viagens na Galiza*, descreve, a dada altura, uma estada em Santiago de Compostela, onde o impressionou a quantidade de hospitais. Tendo referido um deles, informa Silveira da Motta:

Além deste hospital há o de S. Roque e o das Órfãs ou de Salomé; e houve também o da *Raiña* [cursivo original], onde, segundo reza a lenda, se acolheu a boa e virtuosa viúva do nosso rei D. Dinis, quando veio em peregrinação à sepultura do apóstolo. O nome *português* [cursivo meu], que este humilde asilo manteve durante séculos, corrobora porventura a poética tradição (1889: 85-86).

Eis aqui um português feliz por ver a sua língua honrada além-fronteiras. O livro reserva-nos, porém, um pequeno golpe de teatro. O advogado vai adquirir uns volumes de poesia, «compostos no dialecto galego», entre eles *Follas Novas*, de Rosalia de Castro, na edição de 1880. E deste livro cita algumas passagens, com que pretende mostrar ao leitor português

o estado em que ao presente se encontra [...] o canoro e onomatópico dialecto com que se formou e robusteceu a senhoril, enérgica, harmoniosa língua de Barros e de Lucena, de Camões e de Vieira, de Luís de Sousa e de Manuel Bernardes, de Herculano, de Castilho e de Garrett (1889: 179).

É uma inesperada concepção, esta, do galego como realidade «com que se formou» o português. Nesses finais de Oitocentos, e durante muito tempo ainda, este advogado viajante estava nisso bastante desacompanhado.

Tempos depois, no Verão de 1905, o médico e contista Fialho de Almeida visita, ele também, a Galiza. Desde a morte de Eça de Queirós, em 1900, é ele o escritor mais conceituado no seu país. Esta é a segunda de três estadas suas em terras galegas, e nela redige um diário de viagem, extenso e pormenorizado, que ficará inédito durante quase um século. Só em 1996 é publicado, na editora galega Latiovento, com o título *Cadernos de Viagem: Galiza, 1905*. Aqui cito a edição portuguesa de 2001.

Vemos aí Fialho, certo dia, num jardim de Ourense. Tinha havido um aguaceiro e o viajante anota:

As árvores lavadas, fresquíssimas, deixam cair uma luz verde, das copas de folha translúcida. Há cheiros de magnólias que estão agora em flor. As crianças brincam descalças, quase todas dos arredores, no jardim. Os pássaros cantam. Vozes infantis que chamam, prolongando a última sílaba: – *Pepitôoo!... Juanitôoo!... Marcial!* ou os diminutivos portugueses – *Pépiño! mira lo que voy a decirte...* (2001:100)

Tal como Silveira da Motta em *Hospital da Raiña*, o médico alentejano crê agora ouvir português em *Pepiño*.

Dias depois, já em Mondonhedo, Fialho encontra uma velhinha, que lhe diz: «Mire señor que soy soliña...». E o autor comenta: «Aquele dialecto

quase português me acabou por enternecer. É curioso que quanto mais me interno na Galiza, ao contrário do que poderia supor-se, mais o dialecto falado se parece com o português» (2001:199).

Imaginamos que a senhora, que contava as suas maleitas ao médico Fialho, tentou exprimir-se em castelhano. Alguns galegos fazem-no, por cortesia, ao falarem connosco. De notar que a senhora diz *solíña*, quando está amplamente documentada, à época, a forma autóctone *soiña*. Menos verosímil parece que, há um século, os miúdos do jardim de Ourense falassem castelhano entre si. Mas não é isso aqui o importante, e antes o facto de Fialho ter suposto em *Pepiño* um 'diminutivo português', e agora, ouvindo *solíña*, discernir duas realidades, mas realidades semelhantes. Dito doutro modo: não é que a fala do distante Mondonhede se aproxime mais da portuguesa do que as outras. É Fialho, que até então só 'ouvira' à sua volta falar castelhano (e assim sistematicamente no-lo reporta), se apercebe de que o cenário linguístico galego é mais complexo, e que qualquer coisa nele remete para o seu próprio idioma.

Desbastar as marcas galegas

Ao longo da história portuguesa, sempre foi ténue a percepção duma afinidade entre português e galego. Uma excepção é Duarte Nunes de Leão, na sua *Origem da língua portuguesa*, de 1606. Tendo sublinhado a «notável diferença» entre a língua francesa e as de Castela, Galiza e Portugal, afirma sobre as duas últimas: «Eram antigamente quase ãa mesma, nas palavras e nos ditongos e pronúnciação que as outras partes de Espanha não têm» (1983: 219). 'Espanha' indicava, à época, o conjunto da Península.

Outras referências históricas ao galego, já de si raras, não são lisonjeiras. O académico António das Neves Pereira, escrevendo em 1793, tem, mesmo, uma imagem forte. Após um rasgado elogio à escrita de António Vieira, que considera ousada e renovadora, o filólogo escreve: «A este insigne escritor devemos o ter a linguagem mais expurgada das *antigas fezes do dialecto Galiziano*, que a cada passo se acha de mistura nos autores que lhe precederam» (Pereira: II, 162, cursivo meu).

Convenhamos: não é dizer pouco. O grande orador fora precedido de João de Barros, de Camões, de Lucena, de Luís de Sousa, de Rodrigues Lobo, todos mestres aclamados do idioma. Mas não, Vieira trazia uma tarefa *desgaleguizadora* que nem a eles poupa. Em passagem anterior, havia Neves Pereira mencionado, entre as 'fontes' do léxico português, «o idioma Galiziano». Mas esse era um ponto de vista entretanto superado. Ao comentar, agora, certa construção defeituosa, designa-a por «galegada».

Esta rejeição explícita do galego não destoa num panorama de secular e sistemático desbaste de marcas galegas do português, um processo denominado, pela própria linguística portuguesa, *desgaleguização*.

Mas conheciam os portugueses o galego? Pode duvidar-se. Em festas religiosas celebradas desde meados do século XVII, num Portugal já restaurado, cantavam-se, pelo Natal, pelos Reis, noutras ocasiões, numerosos *vilancicos*. Foram todos editados, à época, e somam, até cerca de 1720, várias centenas. A larguíssima maioria deles é em castelhano (objectivamente, a língua dum inimigo longo tempo guerreado), segue-se um grupo em português, e há ainda dois conjuntos menores: em galego e em 'língua de preto'. Nesse ternurento contexto natalício, o galego parece cair a matar.

Galeguiños, galeguiños,

*ay, que os traygo que contar,
que o miniño garridiño
ha nacido galeguiño
esta noite em hũ portal.*

Ou ainda:

*Ay meu Rey, meu Senhor,
meu lindo fidalguinho,
ay morrome por bós,
porque sois galeguinho.*

Hoje sabemos que os autores destes textos não eram de língua galega, e que eles tão-só reflectem a imagem do individuo galego, sempre rústico, infantil, mesmo boçal. Reflectem, também, a imagem que se fazia do seu idioma. Daí as formas estereotipadas, fortemente castelhanizantes, e na realidade linguisticamente pobres, bem diferentes das produções galegas genuínas contemporâneas, compiladas ao longo de decénios pelo beneditino setecentista Martín Sarmiento. Um exemplo (Blanco Pérez: 1990, 101-102):

*Farruquiño, se te fores,
deixame a tua navalla;
a quen me falar d'amores
para lle raxar a cara.*

Repare-se no uso do futuro do conjuntivo (*fores, falar*) e em *raxar*, forma aparentada a *rachar*. É uma curiosa 'cantiga de amigo', duma mulher que se dirige a um Farruquiño (nós diríamos *Chiquinho*) que ainda não partiu mundo fora, mas nunca fiando.

A predominância do vilancico castelhano tem, seguramente, a ver com o prestígio desse grande idioma vizinho, um prestígio que as desavenças políticas nunca afectaram. Mas provavelmente há mais. Manuel Rodrigues Lapa, que dedicou a estes textos em 1930 um exame detido, supõe que a pouca frequência do vilancico português radica, também, num receio: o da demasiada proximidade com essoutra «linguagem rude» (1930: 11), o galego.

Certo é que, em Portugal, se ignorava tudo quanto, em matéria de poesia popular, se produzia na Galiza de Seiscentos e Setecentos, que era muito. E só a partir de meados do século XIX se dará a redescoberta da grande lírica medieval, contida em manuscritos redigidos no que se convencionou chamar 'galego-português'.

O primeiro contacto directo dum público português com um galego mais recente dá-se em 1877, quando Teófilo Braga, publicando o seu *Parnaso Português Moderno*, nele inclui, na ortografia original, poemas galegos contemporâneos. Entre eles, quatro de Rosalia e cinco de Valentín Carvajal. E porque faz ele isso? Teófilo explica-o detidamente, dedicando ao galego 26 cerradas páginas da sua Introdução. Diz ele, no essencial, que o galego foi a língua em que primeiro se 'poetou' na corte de Castela e na de Portugal; que a actual lírica galega é uma das «formas arcaicas» da poesia portuguesa; que «a conquista romana veio muito cedo influir na constituição do dialecto galego» (o autor usa 'dialecto' sem qualquer depreciação); e Martín Sarmiento, investigador setecentista galego, aqui citado com assentimento, afirmara: «Cuando Portugal estaba en posesión de los Moros, se hablaba ya en Galicia el idioma vulgar» (1877: XXXV-LXI). São, uma por uma, concepções do maior interesse e que, quanto sei, nunca entre nós se

havam expressado. Pelo menos tão curiosa é a ausência de referências a este estudo de Teófilo.

Poucos anos depois, em 1882, numa *Gramática* liceal, Francisco José Monteiro Leite informava, repetindo Nunes de Leão, que a língua *galiziana* «foi no princípio da nossa monarquia quasi uma mesma com a nossa», e deixava implícito que foi nessa língua que o rei D. Dinis compôs as suas cantigas (1882: 33).

Ainda mais directo, embora em escrito particular, foi Oliveira Martins, afirmando em 1891: «O português não é outra coisa senão o galeciano que tomou caracteres próprios com a cultura principalmente quinhentista. Antes as duas falas não se distinguiam» (García Turnes: 2008, 300).

Inventando o galego-português

A afirmação do académico setecentista António das Neves Pereira acerca das «antigas fezes do dialecto galiziano» figura num opúsculo do professor Ivo Castro, *Galegos e Mouros*, texto duma conferência que deu em 1996 em Santiago de Compostela. Trata-se dum estudo de fundamental importância, pela informação que reúne e pela argúcia das observações. Ivo Castro reproduz essa e outras afirmações de filólogos e linguistas portugueses, no decurso da História, acerca do galego. Vamos examinar dois desses pontos de vista: o de Adolfo Coelho e o de José Leite de Vasconcelos, os mais destacados linguistas de finais do século XIX e inícios de XX em Portugal.

Escreve Adolfo Coelho na segunda edição de *A língua portuguesa*, de 1887:

No século XV o galego, como se acha em documentos de Santiago de Compostela, tem as mesmas feições que o português do século anterior, abstraindo dalgumas raras formas particulares. Português e galego foram todavia diferenciando-se cada um do seu lado, de modo que cada um se acha em face do outro como um dialecto perfeitamente definido, não porque o português seja um dialecto do galego ou o galego dialecto do português, mas porque português e galego saíram duma mesma base comum, a língua galécio-portuguesa dos séculos XII a XIV (pág. 132).

Primeira constatação: até cerca de 1400, português e galego diferenciavam-se em simples questões de pormenor. E nós sabemos que isto é verdade. Os investigadores, galegos ou portugueses, apontaram até hoje, a norte e a sul do Minho, certas diferenças fonológicas e morfológicas, nenhuma das quais atinge qualquer *estrutura* do idioma. Segunda constatação: português e galego procediam ambos duma língua única, que durara de 1100 até ao século XV.

Vejam a perspectiva de Leite de Vasconcelos. O essencial está contido num artigo aparecido na *Revista Lusitana* (1887-1889: 184). Cito conforme o original:

O *português-galego* diferenciou-se cada vez mais, constituindo de um lado o *galego* (com os seus dialectos) e do outro o *português* (também com os seus dialectos e subdialectos). Vê-se, pois, que estão ambos nas mesmas relações com o latim, e que se não deve dizer nem que o galego provém do português, nem este daquele.

É uma afirmação estranha, essa de que galego e português se encontram «em idênticas relações com o latim», sobretudo quando se acrescenta que nenhum

provém do outro. Parece sugerir-se que um e outro provém *directamente* do latim, e que portanto nunca verdadeiramente foram a mesma língua. Mais explícito é Vasconcelos quando escreve: «Há razões para crer que a língua não foi formada no norte e depois propagada para o sul com a reconquista» e, ainda, que «no sul, antes das conquistas de D. Afonso Henriques, se falava já português» (1895: 48). Justifica-se alguma perplexidade: como pode chamar-se 'portuguesa' uma língua já existente séculos antes do aparecimento de Portugal?

E contudo Leite de Vasconcelos não ficou sozinho nessa convicção de terem galego e português tido histórias geneticamente separadas. A obra filológica de Manuel de Paiva Boléo (†1992) concebe um português originado na região de Coimbra, reconhece serem Norte e Nordeste as zonas mais conservadoras e arcaicas, mas nunca atribui qualquer papel à Galiza na gênese e formação do idioma (cf. 1962: 105).

Sabe-se que os pontos de vista de Leite de Vasconcelos, em toda esta matéria, foram marcados por uma assinalável ambivalência. Um estudo exaustivo da questão foi feito pela investigadora Beatriz García Turnes no seu livro *Ideas sobre o galego e as orixes do português na lingüística lusa do século XIX*, de 2008. De grande interesse é também um artigo, bem anterior, «Leite de Vasconcelos e o galego», de Carme Hermida, de 1987.

Também a questão terminológica (*português-galego, galego-português, galeco-português, galaico-portugalense*) está bem estudada num artigo de Ivo Castro e Yara Frateschi Vieira, de 2009, onde se examina a longa troca de correspondência entre José Leite e Carolina Michaëlis, a filóloga e publicista alemã que se fixou e trabalhou em Portugal desde finais do século XIX. Desse excelente estudo retenho dois pontos mais picantes: que Vasconcelos propõe *galeco-português* para evitar 'galego', termo socialmente pouco cotado, e que Carolina está à vontade para adotar *galego-português*, por ser ela «ímune a certos pruridos nacionalistas».

A visão hoje genericamente reinante nos meios linguísticos portugueses entende a independência de Portugal, em meados do século XII, como factor decisivo na emancipação do português como idioma. Nesses círculos, a emancipação portuguesa é dada por concluída à volta de 1400. É esse o momento em que o galego-português sai de cena. Assim o exprime o historiador Fernando Cristóvão. «A língua portuguesa», escreve ele, «inculta e rude nos formulários tabeliônicos ou religiosos do século XII, *rapidamente se emancipou da fase galego-portuguesa*, adquiriu feição literária já no século XIV», etc. (2008: 69, *italico meu*). É a visão de línguas primitivas e 'rudes', opostas às nacionais e 'cultas'.

A concepção dum galego e dum português evoluindo *ambos* do latim continua viva. O mais recente afloramento dessa visão é encontrável na volumosa *Gramática do Português*, da Fundação Gulbenkian, obra colectiva aparecida em 2013. Aí escreve Luísa Segura, linguista da Universidade de Lisboa:

Se é um facto que galego e português compartilharam uma fase comum, a fase do galego-português, tendo tido uma evolução comum a partir do latim e em divergência com os outros romances hispânicos, a verdade é que se sabe hoje que muito cedo – ainda na Idade Média – estas línguas começaram a divergir e que essas divergências se acentuaram sobremaneira a partir do momento em que Portugal se tornou um reino independente e o português se tornou língua de um Estado soberano (2013: 89).

Repare-se: mesmo falando-se duma 'fase do galego-português', e duma 'evolução comum a partir do latim', em toda essa evolução está já presente,

como que por magia, um idioma 'português'. Se o ousado rótulo de Carolina Michaëlis, *galego-português*, era já na altura uma correcção política, hoje continua a sê-lo. O problema é este: um português não consegue dar àquele idioma – que, no século XII, surge perfeitamente irredutível, com estruturas de tal envergadura e tal complexidade que exigiram séculos de conformação – o único nome que verdadeiramente lhe cabe: *galego*. A simples ideia de que o galego possa ter sido algum dia o idioma de Portugal é-nos insuportável. Não resta dúvida: esse famoso *galego-português* é um passe de mágica, que, para conforto do nosso patriotismo, elimina intermediários entre o latim e o português.

Surge um país, surge uma língua

Há pouco mais de dois séculos, ignorava-se quase tudo quanto se havia produzido em língua vulgar, antes de 1500, nos territórios galego e português. Hoje há-de parecer-nos inconcebível, mas só a partir da década de 1820 começa a ter-se conhecimento dos textos medievais galegos e portugueses, e mesmo esse conhecimento só lentamente se irá difundindo. Diz-se, e poderá ser verdade, que Rosalia de Castro morreu, em 1885, na convicção de ter sido o primeiro poeta em língua galega. E o facto é que as edições dessa literatura medieval galega e portuguesa se fizeram sempre fora da Galiza, e quase sempre fora de Portugal também. Foram aparecendo na França, na Itália, na Espanha, na Alemanha. Assim se foram conhecendo os vários cancioneiros, os escritos doutrinários dos Príncipes de Avis, a quase totalidade das nossas crónicas quatrocentistas.

Almeida Garrett, ao escrever, em 1826, o seu *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa*, refere de passagem uns 'trovadores', mais o rei D. Dinis que 'cultivou as letras', daí saltando para Gil Vicente. Um pouco mais tarde, em 1845, Francisco Freire de Carvalho publica um *Primeiro ensaio sobre a história literária de Portugal*, onde tem algo mais a contar sobre a produção dos séculos XIV e XV, aduzindo já vários nomes e títulos de obras, algumas delas de conhecimento recentíssimo. Mas é visível o pouco conhecimento directo do historiador das obras de que fala, à falta de edições correntes. O mesmo vale, ainda em 1862, com a quinta edição do *Bosquejo histórico da literatura*, de António Borges de Figueiredo. Será o publicista Teófilo Braga quem, na década de 1870, fornece uma primeira informada panorâmica de toda essa produção.

Esta lenta descoberta literária é, pois, contemporânea de vários outros importantes processos oitocentistas: o da construção duma História de Portugal consistente (com Herculano e Oliveira Martins), o duma consciência retroactiva, mas aguda, da nacionalidade e, não menos, o da confecção duma tradição, a nossa *invention of tradition*. Dito doutro modo: aquela descoberta duma produção literária medieval 'em português' veio perfeitamente a calhar.

O percurso ideológico dum Teófilo historiador da literatura foi magnificamente exposto por Carlos Ferreira da Cunha, numa tese de doutoramento de 2002, na Universidade do Minho. Esse percurso inscreve-se, sobretudo a partir de 1873, na criação dum «imaginário colectivo nacional», num «processo de construção identitária». Trata-se duma autêntica «invenção de Portugal» em termos culturais, particularmente literários e históricos, acompanhando «a descoberta progressiva dos Cancioneiros medievais». Escreve o autor da tese: «Na génese da literatura portuguesa Teófilo descobre a existência de uma "escola trovadoresca nacional", a partir da qual se teria desenvolvido organicamente a literatura

nacional» (2002: 454). A Galiza ficara, já então, a perder de vista. Toda a lírica dos Cancioneiros entroncava, agora, directamente na «pura tradição conservada no povo português» (2002: 463).

Esta exacta leitura da nossa História literária foi ainda recentemente verbalizada pelo ensaísta Miguel Real, numa *Introdução à cultura portuguesa*, de 2010, onde se lê (pág. 57):

Portugal nasceu de duas paixões: a da guerra e a do lirismo de uma visão poética e espiritual do mundo [...]. Movidos pela instabilidade da terra e pelo desejo do céu, homens e mulheres amam-se no intervalo das pelejas e dos fossados, nascem as cantigas de amor, furtadas à Europa provençal, e as de amigo, genuinamente portuguesas, cânticos em que os amantes desesperam de se encontrarem e de tocarem os corpos.

É a completa apropriação por Portugal duma lírica que já não é sequer 'galego-portuguesa': as cantigas de amor vieram-nos da Provença, as de amigo são «genuinamente portuguesas». Neste livro de 300 páginas, não há referência alguma ao galego ou à Galiza.

O que Miguel Real faz é relacionar intimamente dois dados históricos: a fundação do Reino de Portugal (a chamada «primeira tarde portuguesa») e o início documental do lirismo. Eles são decerto contemporâneos, mas isso é pura coincidência. Com Portugal ou sem ele, esta produção lírica ter-se-ia dado. Com ou sem lirismo, Portugal poderia ter surgido.

O relacionamento desses factos produz o cenário perfeito, que faz emergir simultaneamente uma Nação, uma Literatura, uma Língua. Como escreve o linguista galego-brasileiro Xoán Carlos Lagares: «Este tipo de explicação histórica identifica o reino medieval de Portugal com o moderno Estado-nação português e faz nascer, ao mesmo tempo, a nação e a língua, de acordo com o ideal do nacionalismo linguístico» (2012: 13).

Eis o exacto cenário que Miguel Real desenha, esse em que Nação, Língua e Literatura aparecem geneticamente fundidas, como se nascidas dum mesmo movimento orgânico. É uma leitura mítica da História, que já Teixeira de Pascoaes fizera, em 1915, num livro que ficou célebre, *Arte de ser português*:

Portugal é uma raça constituindo uma Pátria, porque, adquirindo uma língua própria, uma História, uma Arte, uma Literatura, também adquiriu a sua independência política (2015: 27).

Esta concepção essencialista da História – surge um país, surge uma língua – prevalece em mentes portuguesas. A ocorrência quase simultânea dos primeiros testemunhos linguísticos e da emergência do Estado português (ocorrência inteiramente fortuita, como ficou dito) condicionou para sempre a visão portuguesa da língua. Inserir nela o galego só viria perturbar um belo sonho. Veja-se este caso elucidativo.

Num artigo de 2014, Ivo Castro, falando do primeiro rei português, Afonso Henriques, morto em 1185, afirma que a língua materna do monarca lhe permitia «conversar com os de Vigo, Compostela, ou mesmo Corunha, que compartilhavam de dialectos nascidos do mesmo latim, transformados pelos mesmos processos». E o professor acrescenta: «Essas afinidades linguísticas mantêm-se no terreno até aos dias de hoje, mas para as reconhecer é necessária alguma aplicação, porque vão contra a corrente da construção de um país em que Afonso Henriques e os seus descendentes se empenharam com sucesso».

Que diz o linguista? Que galego e português tiveram origem no mesmo tipo de latim, que passaram pelos mesmos processos, que as afinidades se mantêm «no terreno» até hoje. Mas também (e aqui Ivo Castro, habitualmente frontal, serve-se de eufemismos) que admitir tal coisa vai «contra a corrente da construção de um país» próprio. Menos codificado, isto significa que, em Portugal, o simples admitir de afinidades linguísticas com a Galiza equivale, ainda hoje, a desafiar a concepção de país *independente*. É um facto: para um português, língua e independência são, e continuam, conceitos indissociáveis. Posto um em causa, correm perigo os dois.

[Na primeira versão deste artigo, cometi uma injustiça que importa seja agora reparada. Esperança Cardeira, numa *História do Português*, de 2006, tinha sido já explícita quanto à *anterioridade* do idioma face à criação de Portugal.

Escrevia então a historiadora da língua: «À entrada do ano mil, no Noroeste peninsular, uma região que se estendia da Galiza a Aveiro, abarcando, ainda uma faixa das Astúrias, delimitava já um romance com contornos peculiares». E acrescentava: «Antes de Portugal. antes do Português, no limiar do século X, já estava constituído um romance» (Cardeira, 2006: 36-37)].

Ao solzinho

Aí ficou uma história de persistentes mal-entendidos, de repetidos desencontros. Infelizmente não há outra. Ou... sejamos optimistas: *ainda* não há outra. De momento, vale essa aconchegante narrativa que, de há séculos, nos contamos à lareira. A identificação do galego como realidade próxima, mas em si consistente, só criaria insegurança.

Um testemunho galego dessa resistência portuguesa a um galego demasiado próximo, dá-o Daniel Castela na sua obra magna, *Sempre en Galiza*, em texto de 1947. A propósito de certo intercâmbio estudantil, relata (Castela: 2000, 443):

Os visitantes universitarios do alén-Miño esmerábanse en falarnos nun castelán risible, i endexamais deixaron un soio libro portugués posto á venda nas nosas librerías. Consideraban natural que os galegos soio poidéramos mercar obras portuguesas traducidas infamemente ao castelán, porque non sabían que podíamos leelas no idioma de orixe. Lémbrome que no ano 1906 fun eu a Coimbra nunha Tuna académica e os estudantes lusitanos asañábanse cando eu lles falabaen galego, coma se con eso lles lembrase calquera orixe bastardo.

Veja-se um caso extremo e, pelas circunstâncias geográficas, caricatural, de negação. Em 1987, José Saramago, já então festejado autor, falou num Congresso de Língua Galego-Portuguesa, na cidade galega de Ourense. Nessa conferência, referindo-se a «nós, portugueses», afirmava: «Se não merecemos mais do que os outros a língua *por termos sido seus criadores*, também seguramente a não merecemos menos, tanto nos direitos como nos deveres». E referia-se a Portugal, seguidamente, como «*o próprio país de origem*» do idioma (cursivos meus). Feitas em plena Galiza, estas afirmações eram, pelo menos, nada simpáticas. Não existe indicação de que Saramago tenha, posteriormente, adoptado outra perspectiva.

Há cem anos, vimo-lo, dois portugueses visitavam a Galiza, aí ouvindo falarem 'português'. Hoje, um escritor português imagina-nos

únicos, no Universo, a podermos tomar o *solzinho*. Veja-se a cena narrada pelo romancista António Lobo Antunes, numa revista *Visão* de 2007:

Agora é manhã e está sol. Se eu fosse Deus parava o sol sobre Lisboa, escreveu Fernando Assis Pacheco. Tão linda a minha cidade com sol, tão lindo o meu país com sol. [...] Sinto-o na rua, mesmo com estes vidros baços.

– Está solzinho, que horas são?

perguntava o cego. Estes nossos diminutivos de que tanto gosto. Esta maravilhosa língua tão plástica, tão dúctil. Que sorte escrever em português.

Nítidamente, o autor está convencido de que só em português seria possível uma palavra com a 'plástica', com a 'ductibilidade', de *solzinho*. E pode supor-se que, com ele, a imensa maioria dos falantes está disso convencida.

Esses falantes ficariam surpreendidos ao saberem que, para lá do Minho, se escreve, e se diz, com naturalidade «Temos un *solciño* morno», «*Solciño* que naces pra dourar os campos», «Senteime nun banco ao *solciño*». Mais surpreendidos ficariam ainda, se soubessem que, historicamente, as primeiras manifestações escritas de *solciño* são consideravelmente anteriores às de *solzinho*.

Está visto: a 'arte de ser português' continua assaz complicada.

Referências

Almeida, Fialho de (1996). *Cadernos de viagem: 1905*, ed. e notas de Lourdes Carita. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento [ed. portuguesa de Lourdes Carita, realização técnica de Vasco Rosa. Lisboa: O Independente, 2001].

Blanco Pérez (1990). «A lingua oral e o estudio do galego no século XVIII». *Verba*, 17, 93-115.

Boléo, Manuel de Paiva & Maria Helena Santos Silva (1962). «O 'Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental'», *Boletim de Filologia*, 20, 85-112.

Cardeira, Esperança (2006). *O essencial sobre a História do Português*, Lisboa: Caminho.

Castelao, Daniel (1947 / 2000). *Sempre en Galiza*. Vigo: Galaxia.

Castro, Ivo (2002). *Galegos e Mouros*. Lisboa: Edições Colibri. clul.ul.pt/files/ivo_castro/1996_Galegos_e_Mouros.pdf

Castro, Ivo (2014). «História da língua, história da nação», *Diário de Notícias*, 15.02.2014

Castro, Ivo & Yara Frateschi Vieira (2009). «Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português», *Floema*, 5, 2009, 83-102.

- Coelho, Adolfo (1887). *A língua portuguesa*. 2a ed., Porto: Magalhães e Moniz.
- Cristóvão, Fernando (2008). *Da lusitanidade à lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, Carlos Manuel Ferreira da (2002). *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudo Humanísticos. repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/22562
- García Turnes, Beatriz (2008). *Ideas sobre o galego e as orixes do portugués na lingüística lusa do século XIX. Xénese e impacto en Galicia da hipótese celtista* (tese de doutoramento). Compostela: UCS. kit.consellodacultura.gal/web/uploads/adxuntos/arquivo/52529b1a90025-biblioavanzada12.pdf
- Hermida, Carme (1987). «Leite de Vasconcelos e o galego. Notas sobre un artigo esquecido», *Verba*, 14, 1987, 489-496.
- Lagares, Xoán Carlos (2012). «Galego-Português-Brasileiro: os desafios de uma perspectiva histórica integrada». In Xoán Carlos Lagares & Henrique Monteagudo, *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói: Editora da UFF; Santiago de Compostela: USC.
- Lapa, Manuel Rodrigues (1930), *Os vilancicos. O vilancico galego nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Seara Nova.
- Leão, Duarte Nunes de (1606, 1983). *Ortografia e Origem da língua portuguesa*, ed. M. Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Leite, Francisco José Monteiro (1882), *Nova gramática portuguesa para uso dos liceus e das escolas normais*. Porto: Clavel e C.^a.
- Motta, I. F. Silveira da (1889). *Viagens na Galliza*. Lisboa. Edição galega: (1994) *Viaxes por Galicia*. Vigo: Galaxia.
- Pascoaes, Teixeira de (1915 / 2007). *Arte de ser português*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pereira, António das Neves (1793). «Ensaio crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escritores do século XV e XVI, e deixaram esquecer os que depois se seguiram até ao presente», parte II, *Memórias de Literatura Portuguesa*, V, pp. 152-252.
- Real, Miguel (2010). *Introdução à cultura portuguesa. Séculos XIII a XIX*. Lisboa: Planeta.
- Segura, Luísa (2013). «Variedades dialetais do português europeu», in *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp/ 85-142.
- Vasconcelos, José Leite de (1887-1889). «Recensão a 'Historia de la literatura gallega' de A.G. Besada», *Revista Lusitana*, I, 183-185.

Vasconcelos, José Leite de (1895). «Curso de língua portuguesa arcaica»,
Revista Lusitana, 3, 19-50.

in *Grial*, nr 206, 2015, pp. 89-95